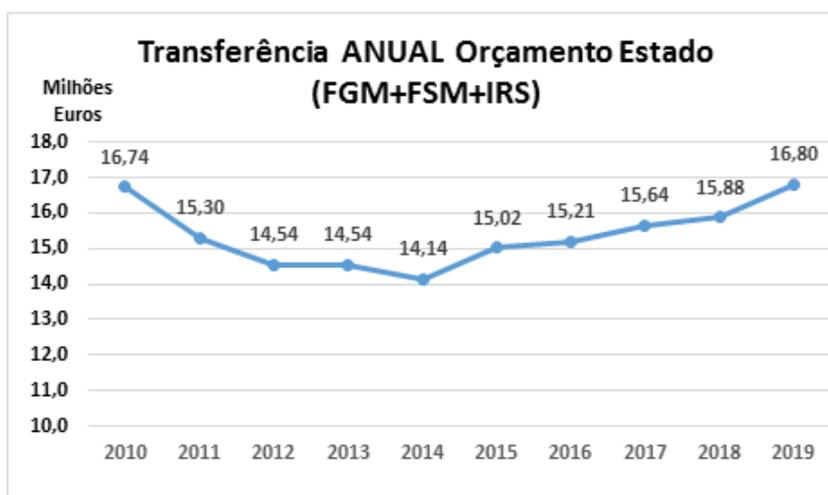


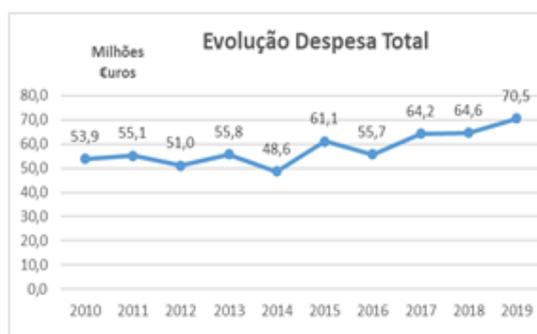
## AC. EM CÂMARA

### (03) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019- CMVC E SMSBVC:-

Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:-  
**“Proposta - Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2019** - A gestão municipal, nos últimos anos, tem sido pressionada pelo corte nas transferências provenientes do Orçamento do Estado, tendo encetado em 2015 uma recuperação, sobretudo, pela via da componente do IRS que se encontra associada à criação de emprego pelas novas unidades industriais instaladas nos últimos anos no concelho. **Importa referir que, a receita arrecadada em 2019 é praticamente igual ao valor transferido em 2010.**



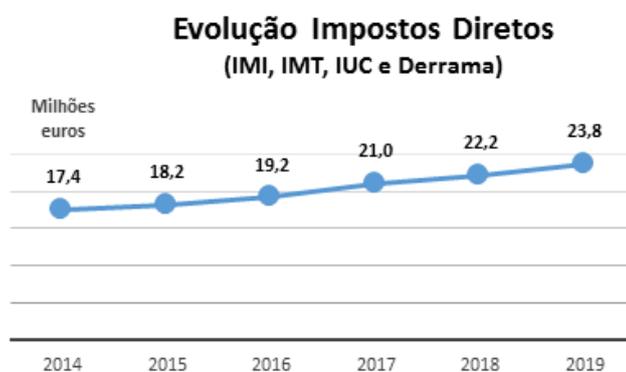
O Município de Viana do Castelo tem conseguido superar os constrangimentos causados pela quebra das transferências provenientes do Orçamento do Estado, mantendo toda a atividade municipal. De realçar que, o valor da receita e despesa em 2019 ultrapassou, pela primeira vez, os 70 milhões de euros.



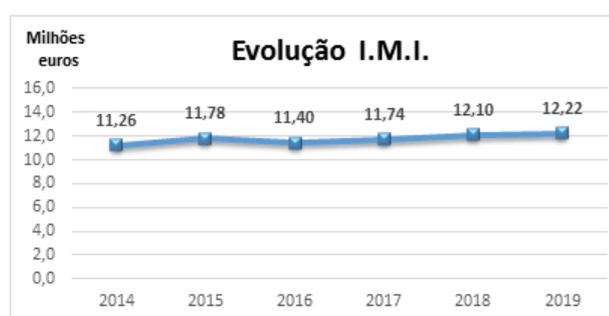
**A Taxa de Execução Orçamental** em 2019, comparativamente ao ano anterior registou um pequeno decréscimo, fixando-se nos 81,2%, mantendo-se acima dos 80%.

Relativamente aos Impostos Diretos Locais, como se pode verificar na apresentação gráfica seguinte, mantêm a tendência de subida, registando um aumento de 1,6 milhões de euros, relativamente ao

ano anterior, devido principalmente ao aumento do IMT e da DERRAMA, que comparativamente ao ano de 2014 registaram aumentos muito significativos.

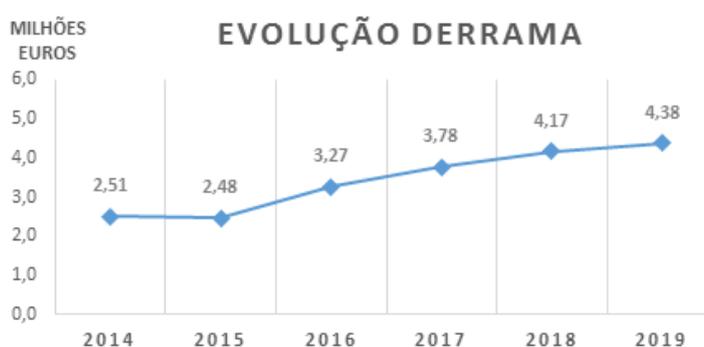


No ano de 2019, a receita referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) registou um ligeiro aumento, fixando-se nos 12,2 milhões de euros.

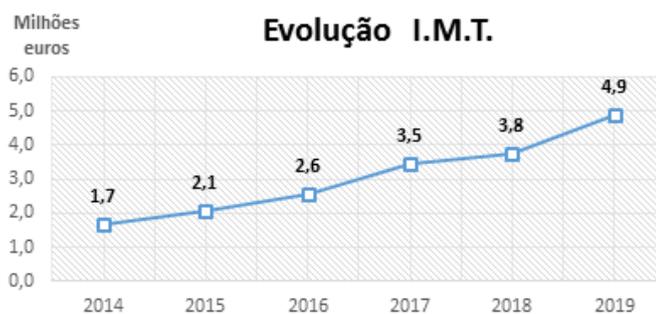


A receita da Derrama registou um aumento de 210 mil euros, comparativamente ao ano anterior, mantendo uma tendência de subida encetada em 2016.

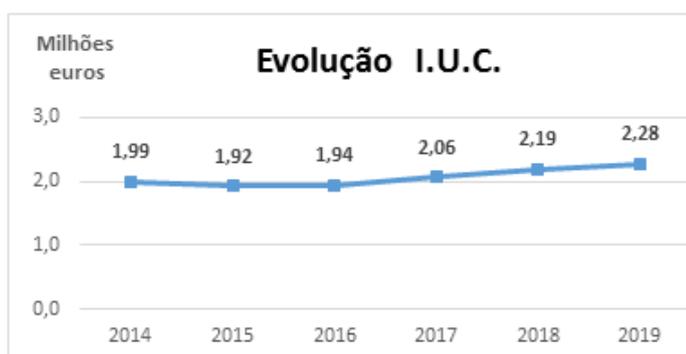
Importa referir que o município tem mantido a isenção prevista na lei para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €.



Em 2019 a receita do IMT acentuou a tendência de subida, atingindo o valor de 4,9 milhões de euros, que comparativamente ao ano de 2018 representa um aumento de 29,3%.



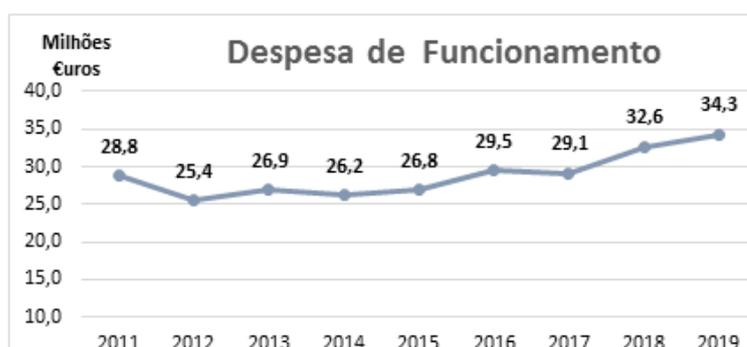
A receita do IUC em 2019 registou um ligeiro aumento, fixando-se nos 2,28 milhões de euros.



A receita proveniente do licenciamento de obras e taxas em 2019 registou uma ligeira apreciação, comparativamente ao ano anterior.

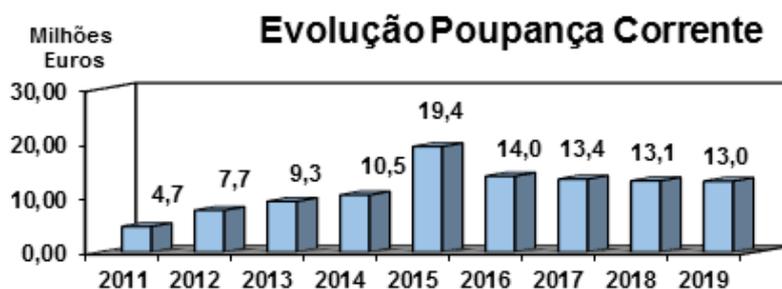
Importa referir que, o Município mantém a política de incentivo à reabilitação urbana e atividade económica, com resultados expressivos no número de prédios reabilitados na cidade e na atividade comercial e industrial no Concelho.

A **Despesa de funcionamento** registou um aumento, justificado, sobretudo, pelo aumento da despesa com o pessoal devido ao descongelamento de carreiras, com efeitos nos anos de 2018 e 2019 e seguintes.



A **Poupança Corrente**, para se efetuar uma comparação mais rigorosa deste importante indicador, justifica-se analisar o valor de 2015 e relembrar a razão de resultado tão robusto, ou seja, a influência da receita relativa à concessão das infraestruturas de água e águas residuais à empresa “Águas do Alto

Minho, SA” no montante de 8,261 milhões de euros. De realçar que, nos anos subsequentes este indicador continua a apresentar valores muito positivos, que conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários e Contratos Programa celebrados com o Estado, muito tem contribuído para o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no Concelho.



A receita proveniente de fundos comunitários e Contratos Programa no ano de 2019 atingiu o valor de 6,1 milhões de euros.

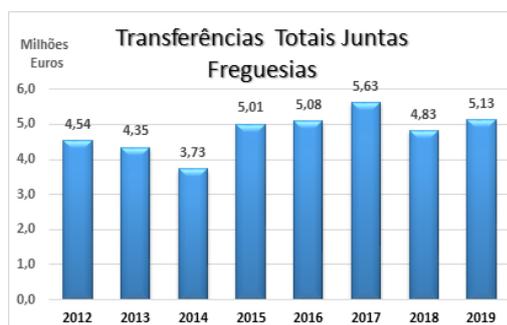


O **Investimento Global** em 2019 atingiu o montante de 23,01 milhões de euros, representando o valor mais elevado da última década.

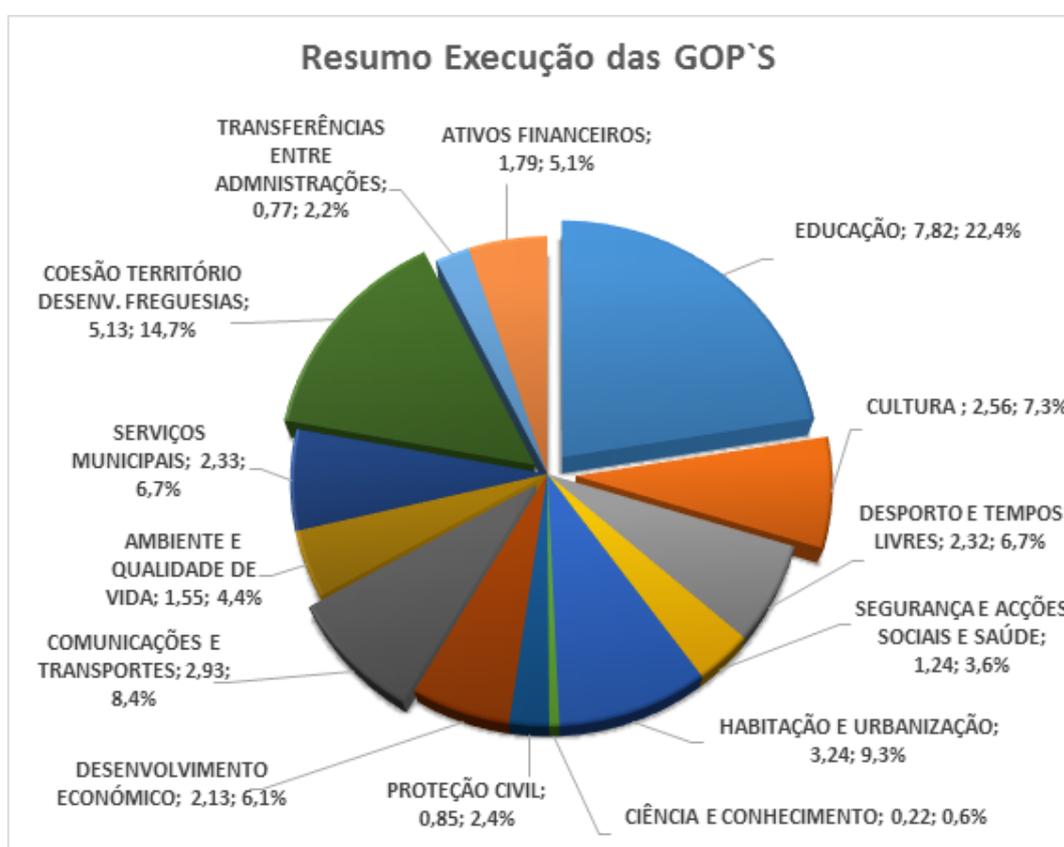


Em 2019 continuamos a valorizar a política de descentralização e coesão do território, apostando na capacidade de gestão e dinamização dos Executivos das nossas Juntas e Uniões de Freguesia, através da transferências de competências e celebração de Protocolos, acompanhados das respetivas transferências financeiras, necessárias à realização de

investimento e gestão dos espaços públicos, administrados por estes importantes Órgãos do Poder Local.



## I- Grandes Opções do Plano



Da análise do gráfico verifica-se as áreas com maior despesa realizada foram as seguintes:

- ⇒ **Educação**, com uma realização financeira de 7,82 milhões de euros, representando **22,4% da despesa total**;
- ⇒ **Coesão Território e Desenvolvimento das Freguesias**, com uma realização financeira de 5,13 milhões de euros, representando **14,7% da despesa total**;
- ⇒ **Habitação e Urbanização**, com uma realização financeira de 3,24 milhões de euros, representando **9,3% da despesa total**;
- ⇒ **Comunicações e Transportes**, com uma realização financeira de 2,93 milhões de euros, representando **8,4% da despesa total**;

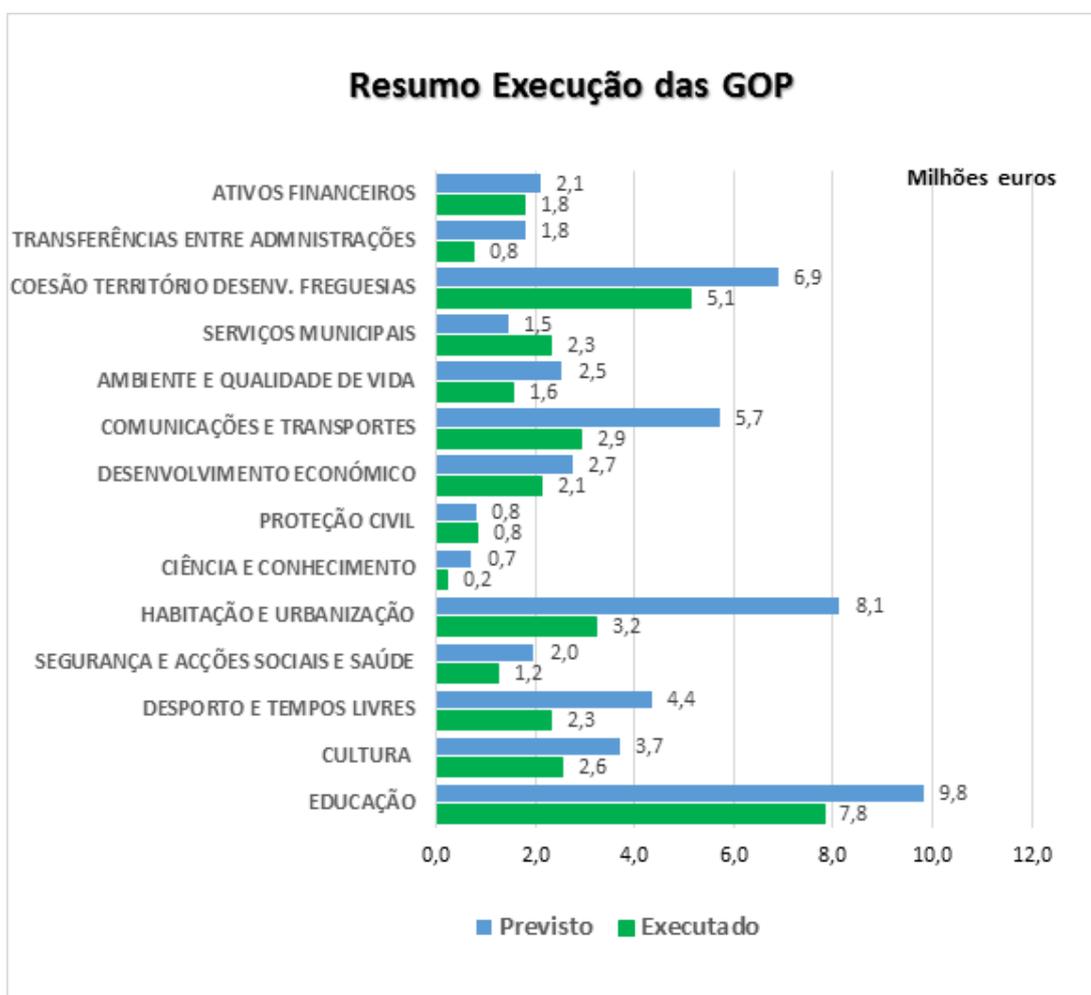
⇒- **Cultura**, com uma realização financeira de 2,56 milhões de euros, representando **7,3% da despesa total**.

A execução das Grandes Opções do Plano confirma o avultado investimento no Parque Escolar Municipal, nomeadamente, na reabilitação da Escola Frei Bartolomeu dos Mártires e Escola de Barroselas, concluídas em 2019.

Em segundo lugar surge a Coesão Território e Desenvolvimento das Freguesias, mantendo-se a aposta numa política de cooperação e descentralização, valorizando a disponibilidade, capacidade e dinamismo dos Executivos das Juntas e Uniões de Freguesia.

Em terceiro lugar surge a Habitação e Urbanismo, resultado da execução das candidaturas aprovadas no âmbito do PEDU.

## II- Análise comparativa entre Previsão e Execução



Da análise do gráfico anterior podemos concluir que, as quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP'S, nomeadamente, Educação, Habitação e Urbanização, Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias e Comunicações e Transportes, pelos valores de execução mantiveram-se nos quatro primeiros lugares, com uma alteração de posição entre a Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias e Habitação e Urbanização.

## V - RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos apresentam-se cada vez mais como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e o sucesso no cumprimento de forma eficaz e eficiente dos seus objetivos.

O Balanço Social anexo ao presente relatório é um instrumento privilegiado de gestão de Recursos Humanos em qualquer organização, sendo um documento elaborado em cumprimento do disposto no decreto-lei n.º 190/96 de 9 de outubro.

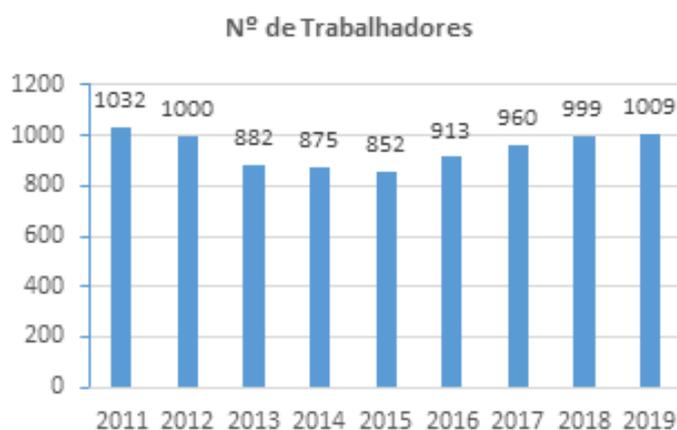
Como ferramenta de gestão, reúne dados qualitativos e quantitativos sobre a prossecução da missão, visão e objetivos estratégicos da organização, na medida em que permite caracterizá-la socialmente e aferir os pontos fortes e os pontos fracos e corrigir as estratégias adotadas na gestão dos recursos humanos

A análise e avaliação dos dados facultados por este instrumento de gestão permite uma reflexão sobre a estratégia a adotar relativamente à gestão dos recursos humanos do Município, por forma a contribuir para a consolidação do seu capital humano, o aumento da tecnicidade, o desenvolvimento das competências dos seus efetivos.

Os gráficos e quadros apresentados pretendem sintetizar, de forma clara, a evolução verificada durante os últimos 6 anos (2014,2015,2016, 2017, 2018 e 2019) no Município de Viana do Castelo, fornecendo um conjunto de indicadores nas áreas dos Recursos Humanos e financeiros a eles afetos, permitindo assim mais facilmente proceder a análises e sustentar decisões com base nos últimos dados apresentados no balanço social do Município.

### Caraterização dos efetivos

Entre os anos de 2014 e 2018 o número de trabalhadores vinculados ao Município de Viana do Castelo passou de 875 para 1009.



## III- OBRAS PÚBLICAS

A atividade do Departamento focou-se na manutenção, conservação, reabilitação e reparação dos

vários edifícios municipais, nomeadamente, em Jardins de Infâncias, Escolas Básicas, Museu Artes Decorativas, Museu do Traje, Mercado Municipal, Funicular de Santa Luzia, CMIA, Piscinas e Pavilhões Municipais, Bairros e Habitações Sociais, Interface de Transportes, Paços do Concelho;

Na conservação de vias e arruamentos, as intervenções foram efetuadas, nomeadamente, na limpeza de estradas nacionais desclassificadas e integradas na rede viária municipal, arranjos urbanísticos, execução de passeios, baias de estacionamento, muros de suporte de terras, passadeiras para peões, eliminação de barreiras arquitetónicas, apoio técnico às Juntas de Freguesia na execução de empreitadas, apoio logístico a todos os eventos realizados pelo Município, bem como a execução nas Freguesias de pavimentações em diversos caminhos, anteriormente em terra e agora em semipenetração asfáltica, cubos e calçada de granito.

**Ao nível das obras públicas destacam-se:**

- ⇒ Reabilitação da Rede Viária Municipal do Concelho De Viana Do Castelo
- ⇒ Requalificação, Modernização E Ampliação das Instalações Da Escola Básica Frei Bartolomeu dos Mártires
- ⇒ Expansão da Zona de Atividades Económicas de Darque
- ⇒ Execução dos Edifícios E3 – Restauração E Bebidas E Edifício E7b – Equipamento de Apoio ao Desporto, Praia Norte
- ⇒ Consolidação do Parque Empresarial de Lanheses
- ⇒ Requalificação da Frente Ribeirinha Poente - Envolvente ao Navio Gil Eanes
- ⇒ Requalificação da Envolvente do Jardim D. Fernando E Rua De Santiago
- ⇒ Requalificação e Modernização da Escola Básica E Secundária De Barroelas
- ⇒ Requalificação Do Passeio Na Av. 25 De Abril, No Ramo De Acesso Ao Hospital Norte/Nascente e da Quelha Das Trincheiras E Alteração Do Passeio Junto Ao Centro De Convívio De Monserrate
- ⇒ Requalificação do Espaço Público Do Centro Histórico de Darque - Rua Manuel Espregueira, Rua Sacadura Cabral, Rua Dr. Carteador Monteiro E Rua do Poço
- ⇒ Pedonalização da Rua da Palha, Rua da Videira, Rua da Gramática e Rua de Santo António
- ⇒ Rede Urbana de Ciclovias de Viana do Castelo - Troço Frente Ribeirinha
- ⇒ Remodelação dos Espaços nos Edifícios de Apoio À Praia Norte
- ⇒ Novo Acesso Rodoviário ao Porto De Mar de Viana Do Castelo
- ⇒ Conservação e Restauro da Fachada da Igreja De S. Domingos
- ⇒ Requalificação do Espaço Público Envolvente Ao Edificado - Areia (Bairro Social PAICD)

- ⇒ Requalificação do Espaço Público Envolverte ao Bairro Social - Darque IHRU
- ⇒ Correção e Reparação das Entradas Para os Armazéns Na Zona Industrial De Neiva - Fase I
- ⇒ Execução Da Capela De São Pedro - Praia Norte
- ⇒ Requalificação Do Espaço Público Envolverte ao Bairro Social Da Meadela (IRHU)
- ⇒ Requalificação da Rua Cidade de Recife, Largo João da Rocha E Rua Zinguinchor
- ⇒ Requalificação do Acesso ao Parque Empresarial De Lanheses

Agradecimentos:- Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, municipais e voluntários, aos cidadãos voluntários, à proteção civil municipal, aos Presidentes de Uniões e Juntas de Freguesia pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. Aos dirigentes e colaboradores das entidades parceiras como os Agrupamentos Escolares, a CIM Alto Minho, Polis Litoral Norte, VianaPolis, Águas do Norte, Resulima que participam também em projetos e iniciativas de âmbito municipal ou intermunicipal. (a José Maria Costa.”. Seguidamente pelo Vereador Vítor Lemos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos SMSBVC foi apresentada a informação que seguidamente também se transcreve:- “O relatório é um instrumento de reporte e síntese das atividades desenvolvidas pelos Serviços Municipalizados no decorrer do ano de 2019, em consonância com as políticas definidas pelo Executivo Municipal e implementadas pelo Conselho de Administração. Os SMSBVC têm como Visão ser um serviço público de referencia em Portugal no setor das águas e resíduos, assentes em alguns Valores dos quais destacamos a dedicação no cumprimento da Missão de Serviço Público, procurar sistematicamente soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico com vista à melhoria contínua do serviço. Por isso o Conselho de Administração assume o compromisso de adotar um modelo de gestão ética e socialmente responsável na defesa dos interesses dos nossos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a sustentabilidade ambiental. Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano, apostar na redução e valorização dos resíduos, reduzir a ineficácia na utilização dos recursos hídricos, prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais de forma a assegurar e manter elevados padrões de desempenho em matéria de segurança e saúde ocupacional são algumas das principais linhas orientadoras em que assenta a Estratégia implementada nos SMSBVC. Assim, no combate ao desperdício destacamos a melhoria do nível de água não faturada para 17,9% que é considerado um valor “BOM” pela ERSAR e está muito abaixo da média nacional. O principal projeto desenvolvido em 2019, foi o projeto Viana Abraça, que nas suas duas componentes, Compostagem nas áreas rurais do concelho e Recolha de Biorresíduos na área urbana, estão a transformar o concelho no conceito de valorização de resíduos colocando-nos no bom caminho para atingirmos a metas definidas no PERSU. O Conselho de

Administração quer também deixar aqui expresso o seu público apreço a todos os seus colaboradores pelo seu empenho para que os SMSBVC em 2019 obtivessem um desempenho relevante em benefício de todos os Vianenses. (a) Vitor Lemos.”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com seis votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Maria José Guerreiro, Luís Nobre, Carlota Borges e Ricardo Carvalhido, dois votos contra dos Vereadores Hermenegildo Costa e Paula Veiga e uma abstenção da Vereadora Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD –** Os Vereadores do PSD votaram contra esta proposta. Esta posição prende-se com o facto de não terem participado de forma efetiva nas decisões de execução, quer quanto à atividade quer quanto às opções financeiras. Esta decisão baseia-se, também, na verificação dos seguintes situações quanto à atuação do Executivo: ⇨- uma continuada **incapacidade na execução dos Planos e Orçamentos** aprovados pela Executivo socialista, verificando-se em **2019** uma **execução de 81,2%** do total autorizado que atingiu os **90 milhões de euros**, após 3 revisão durante o exercício, pelo que face ao inicial aprovado, **a taxa de execução é na realidade de menos de 78%** ; trata-se da **segunda menor execução orçamental da década (a pior em 2012)** e a **pior do corrente mandato autárquico**; ⇨- um crescimento continuado da **DÍVIDA MUNICIPAL, que atingiu o valor record do mandato, do total de 29,5 Milhões de euros**, a que acresce ainda o valor mais de 16,5 milhões de euros em compromissos assumidos e não pagos plurianuais, com recurso a Endividamento de longo prazo, onerando Executivos futuros; ⇨- a penalização das Empresas com uma **Taxa de Derrama, a mais elevada no Alto Minho, a que corresponde um montante de cobrança sobre as Empresas, máximo na corrente década de 4,3 Milhões de euros**; ⇨- a penalização das Famílias e

dos Investidores com uma Taxa de **IMI, a mais elevada no Alto Minho, a que corresponde um montante de cobrança máximo na corrente década de 12,2 Milhões de euros;** ⇨ - a penalização das Famílias com uma Taxa de **IRS em valor máximo legal e a mais elevada no Alto Minho, a que corresponde um montante de cobrança máximo na corrente década sobre os residentes;** Por outro último, a própria auditoria às demonstrações financeiras refere reserva, fundamentando as bases para essa reserva. O auditor atribuiu às demonstrações financeiras um nível de segurança razoável, que considera um nível elevado de garantia, mas que não garante que a auditoria detete sempre distorções materiais quando existam, que podem ter origem em fraude ou erro e que podem influenciar as decisões económicas dos utilizadores. (a) Paula Veiga; (a) Hermenegildo Costa.”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU – A)** Para concretizar o Plano de Atividades para 2019 o Executivo apresentava como principais fontes de financiamento: um acréscimo de 2.056.195 euros nos impostos diretos, um empréstimo no montante de 9.499.647 euros e por fim um aumento dos fundos comunitários. Referente às duas principais fontes tudo bem o mesmo não podemos dizer acerca dos fundos comunitários pois não foi concretizado nem sequer os 50% do orçamentado. Foram orçamentados 12.739.580 euros e, arrecadado 6.100.00 euros, menos cerca de 100.000 euros do que em 2018. B) **RESUMO DE EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA:** RECEITAS CORRENTES - Impostos diretos: mais 2.116.791 euros do que o orçamentado; DESPESAS CORRENTES - Impostos indiretos: mais 38.923 euros; Aquisição de bens e serviços: menos 5.970.253 euros; Taxas, multas e outras: mais 70.046 euros; Juros e outros encargos: menos 71.530 euros; Outras receitas corrente: mais 181.533 euros. Transferências correntes: menos 1.640.960 euros; Rendimentos de propriedade: menos 86.201 euros; - receberam 32% do orçamentado; Subsídios: menos 700,00 euros; Transferência correntes: menos 1.654.427 euros - receberam 92,4% do orçamentado; Outras despesas correntes: menos 14.132 euros. Venda de bens e serviços correntes: menos 1.490.797 euros. - receberam 79,6% do orçamentado. No total da receita corrente executaram menos 824.132 euros do que o orçamentado. Mesmo no total da despesa corrente gastaram menos 7.996.018 euros do que o orçamentado, o que a nosso entender é bastante positivo pois a execução foi de 83,2% **Receitas de Capital - Venda de bens de investimento:** menos 1.264.208 euros só se recebeu 14,3% do orçamentado; **Despesas de Capital: Aquisição de bens de capital,** foi executado menos 5.732.674 euros do que o orçamentado; **Transferências de capital:** menos 7.822.616 euros, só se recebeu 52,5% do orçamentado; **Passivos financeiros:** menos 5.945.454 euros, só foi conseguido 60,5% do orçamentado; **Ativos financeiros:** menos 60 euros; **Outras receitas de capital:** menos 250.000 euros, receberam 0% do orçamentado. **Passivos financeiros:** menos 25.200 euros; No total da receita de capital apenas foi arrecadado 54% do que existia para receber ou seja menos 23.095 euros. **Outras despesas de capital:** 15.282.278 euros. Situação bastante negativa, pois, no total de despesas de capital executaram menos 8.261.856 euros do que estava orçamentado (apenas 78,9%). Referente aos impostos diretos: No IMI estava orçamentado em 11.994.286 euros e recebeu-se mais 180.585 euros do que o orçamentado com o total de 12.174.871 euros; No I.U.C

estava orçamentado em 2.194.777 euros e recebeu-se mais 84.232 euros do que o orçamentado com o total de 2.279.009 euros; No I.M.T estava orçamentado em 3.587.048 euros e recebeu-se mais 1.285.8989 euros do que o orçamentado com o total de 4.872.947 euros; Na Derrama estava orçamentado em 3.944.203 euros e recebeu-se mais 440.368 euros do que o orçamentado com o total de 4.384.571 euros. Em contrário: Da DREN esperava-se receber 6.112.283 euros e receberam-se menos 1.608.132 euros do que o esperado; Do NORTE 2020 esperava-se receber 9.981.495 euros e receberam-se MENOS 5.216.812 euros do que estava previsto. Foram efetuados 2 empréstimos: Um de curto prazo, no valor de 3.200.000,00 de euros; outro, de médio e longo prazos, de 5.614.288 que perfaz um total dos empréstimos de 8.814.288,00 euros. Empréstimos esses que mais tarde ou mais cedo terão que ser liquidados. Quanto ao MAPA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, estava orçada, no Plano de Atividades aprovado, uma verba de 52.692.369 euros. Com certeza, das alterações orçamentais havidas ao longo do ano, essa verba passou para os 46.784.143 euros. Houve um corte de 5.908.226 EUROS. Houve por isso, também, alterações às prioridades que estavam definidas. A Educação era a primeira prioridade e, na execução, continuou a ser a primeira; A Habitação e Urbanização era a segunda prioridade e, na execução, passou para 4ª. prioridade; A Cultura, Desporto e Tempos Livres era a 3ª. prioridade e continuou a ser a 3ª. prioridade; A Coesão e Desenvolvimento das Freguesias era a 4ª. prioridade e, na execução, passou para a 2ª. prioridade; Comunicações e Transportes era a 6ª. prioridade e, na execução passou para a 5ª. prioridade; O Desenvolvimento Económico era a 6ª. prioridade e, na execução, passou para a 8ª. prioridade; O Ambiente e qualidade de Vida era a 7ª. prioridade e, na execução, manteve a 7ª. prioridade; Os Serviços Municipais era a 10ª prioridade e, na execução, passou para a 6ª. prioridade. concluímos que referente às GOP e que apesar das alterações existentes consideramos razoáveis as prioridades executadas. Considerações Finais - Pela 1ª. vez a receita ultrapassou os 70 milhões de euros, não verificamos um aumento do valor das taxas. Os impostos locais continuam a crescer espelhando um bom sinal quanto à qualidade da economia local. Da receita corrente foram poupados cerca de 13 milhões de euros que foram aplicados no investimento/obras. Em contrapartida os fundos comunitários ficaram aquém do previsto, nem atingindo 50% do planeado. Referente à DREN o município esperava receber 6.112.283 euros e receberam-se menos 1.608.132 euros do que o esperado, só estes dois aspetos referidos dificultam a gestão municipal, alterando algumas prioridades e dificultando tantas outras ações que poderiam ser despendidas no desenvolvimento local. A CDU continua a considerar que o hiato de tempo entre o envio da documentação e o estudo do mesmo é muito limitado, tendo em conta que este trabalho deverá ser feito com o maior rigor e com a responsabilidade que o mesmo exige. Pelo explanado a CDU vota pela abstenção no relatório atividades e prestação de contas da Câmara Municipal e visto o voto ser feito em conjunto, mantemos a intenção de abstenção referente ao relatório dos SMSBVC, com ressalva que pelo rigor e cuidado é com algum custo que o fazemos. (a) Claudia Marinho.”.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS –** “Os eleitos pelo Partido Socialista ao analisarem os documentos do Relatório e Contas do exercício de 2019 da Câmara Municipal e serviços Municipalizados de Viana

do Castelo congratulam-se com os resultados obtidos pelo executivo municipal. Salientam também que o município teve uma **taxa de execução superior a 80 %**, conseguindo uma boa realização das Grandes Opções do Plano e a melhor receita da última década, que se deve ao grande trabalho na captação de financiamentos comunitários por um lado, aos incentivos municipais de fixação de empresas e ao bom desempenho da economia do concelho, através da atividade exportadora em particular, que se traduziu num aumento da receita do IMT e da Derrama. **A poupança corrente municipal foi de 13 milhões de euros**, resultado de uma boa gestão dos recursos financeiros, que permitiu transferir da despesa corrente para investimento muitos milhões de euros, reforçando desta forma o investimento no concelho. **Viana do Castelo registou o maior investimento global de sempre, com o valor 23 milhões de euros**, promovendo infraestruturas educativas, empresariais, infraestruturas básicas, e de coesão territorial. **Os maiores investimentos das GOP's – Grandes Opções do Plano foram realizados na Educação, Coesão Territorial (Desenvolvimento Freguesias), e Reabilitação Urbana.** Destaque especial merece a Opção Coesão Territorial em que **foram transferidos para as juntas e uniões de freguesias 5,1 milhões de euros**, para apoiar diversos projetos de investimento das freguesias, proporcionando um desenvolvimento equilibrado e coeso do território. **Os Serviços Municipalizados no ano de 2019 deram um importante contributo na melhoria dos indicadores ambientais e na saúde pública** ao realizaram investimentos avultados no alargamento das redes de água residuais e abastecimento de água, bem como no projeto inovador da Compostagem, reduzindo a deposição em aterro e valorizando os resíduos biológicos. **Registamos também que o município de Viana do Castelo devido à boa saúde financeira** dispõe de uma grande capacidade de endividamento o que lhe permitiu contrair no último ano empréstimos para investimento, na componente nacional da reabilitação urbana, requalificação das escolas, alargamento das redes de água e saneamento e rede viária municipal. (a) José Maria Costa; (a) Vitor Lemos; (a) Maria José Guerreiro; (a) Luis Nobre; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Carvalhido.”.

**23 de Abril de 2020**